



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Projeto de Decisão relativo à ampliação da classificação da “Igreja e mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitetónicas da respetiva quinta”, à reclassificação como monumento nacional (MN), à red denominação para “Mosteiro de São Martinho de Tibães”, em Mire de Tibães, freguesia de Mire de Tibães, concelho e distrito de Braga, e à alteração da zona especial de proteção (ZEP) – proposta de restrições.

1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, vai ser proposta a fixação das seguintes restrições para o conjunto:

a) Zona *non aedificandi* (ZNA):

É criada uma zona *non aedificandi* (ZNA), conforme planta em anexo.

b) Área de sensibilidade arqueológica (ASA):

É criada uma área de sensibilidade arqueológica (ASA), correspondente a todo o conjunto a classificar, conforme planta anexa, em que:

Quaisquer intervenções que impliquem mobilização do solo e subsolo devem ser precedidas de trabalhos arqueológicos – sondagens e/ou escavações – a definir em sede da intervenção proposta.

c) Bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que:

i) Devem ser preservados integralmente:

Devem ser preservados integralmente todos os bens imóveis localizados no conjunto a classificar.

ii) Se encontram sujeitos ao regime de obras ou intervenções previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.



Todas as intervenções no conjunto encontram-se sujeitas ao regime de obras previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.

d) Identificação das condições e da periodicidade de obras de conservação de bens imóveis ou grupos de bens imóveis:

O município deve zelar pelo cumprimento do dever de conservação, atento o disposto no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e respetivas atualizações, conjugado com o artigo 46.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

e) As regras genéricas de publicidade exterior:

- Não são admitidos reclamos ou publicidade no conjunto a classificar;
- A colocação de mobiliário urbano, sinalética e outros elementos informativos não pode comprometer a integridade do conjunto a classificar, nem deve interferir na sua leitura e usufruto do espaço que o caracteriza;
- Não é admitida a colocação de painéis solares, estações e antenas de radiocomunicações no conjunto a classificar.

2 - Nos termos do n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, vai ser proposta a fixação das seguintes restrições na ZEP:

a) Zona *non aedificandi* (ZNA):

É criada uma zona *non aedificandi* (ZNA), conforme planta em anexo.

b) Bens imóveis ou grupos de bens imóveis que:

São criados cinco zonamentos, conforme planta anexa:

- Área verde;
- Área habitacional;

- Área industrial;
- Área Plano de Pormenor de Tibães;
- Área do Cemitério novo.

i) Podem ser objeto de obras de alteração:

- Na Área verde:

Em solo rural:

- Apenas é admitida a reconstrução de edificações já existentes, sem aumento das áreas de implantação ou cérceas;
- Os trabalhos de remodelação de terrenos, alteração da topografia, derrube de árvores e destruição do solo vivo e do coberto vegetal devem ser previamente autorizados pela administração do património cultural competente.

Em solo urbano:

Apenas é admitida a implantação de equipamento ou mobiliário urbano destinado a parque infantil, áreas de lazer ou desporto, desde que devidamente enquadrados do ponto de vista paisagístico.

- Na Área habitacional:

- O índice de utilização máximo acima da cota de soleira é de $0,30 \text{ m}^2/\text{m}^2$. Execionam-se os prédios com área inferior a 833m^2 , para os quais é admitida uma área de construção máxima de 250m^2 , contabilizando para o efeito as construções eventualmente existentes no terreno;
- É admitido o máximo de 2 pisos acima da cota de soleira;
- O índice de impermeabilização máximo admitido é de 55%.

- Na Área industrial:

- O índice de utilização máximo acima da cota de soleira é de $0,40 \text{ m}^2/\text{m}^2$;
- É admitida uma altura máxima da edificação de 6 metros acima da cota de soleira;
- Qualquer nova edificação ou ampliação, aumento de altura das edificações existentes ou aumento da impermeabilização, deve ser acompanhada pela execução de um projeto de integração paisagística previamente aprovado pela administração do património cultural competente, que preveja, nomeadamente, a plantação de cortinas arbóreas em toda a periferia da área industrial, de modo a diminuir o impacto visual relativamente ao conjunto a classificar.

- Na Área Plano de Pormenor de Tibães:

As regras de ocupação, uso e transformação do solo estão fixadas no Plano de Pormenor objeto do Aviso n.º 22323/2008, publicado no Diário da república, 2.ª série, n.º 162, de 22 de agosto.

- Na Área do Cemitério novo:

As regras de ocupação e uso do solo são fixadas através de um projeto de arquitetura paisagística e regulamento de funcionamento, previamente aprovados pela administração central do património cultural competente.

19 de julho de 2023. – O Diretor-Geral do Património Cultural, *João Carlos dos Santos*.

